

Consulta (Público Interno) para a construção do Planejamento Estratégico 2021-2026

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS RESPOSTAS

AGE / PRES

Natal, 22/04/2021.

2021 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Presidente do TRE-RN

Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque

Diretora-Geral da Secretaria

Yvette Bezerra Guerreiro Maia

Preparação, organização, revisão e edição

Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica (AGE)

Maria Ruth Bezerra Maia de Hollanda

Escritório Corporativo de Projetos

Welika Welkovic da Cunha Melo

Escritório de Processos Organizacionais e de Riscos

Iaperi Gábor Damasceno Árbocz

Núcleo de Estatística

Thiago de Medeiros Dantas

Núcleo de Gestão Socioambiental

Lanna Patrícia da Silva

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Juliana Vieira Costa de Aguiar

Sumário

1. JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026	4
2. FORMALIZAÇÃO E PERÍODO DE APLICAÇÃO	5
3. FORMULÁRIO DA CONSULTA (Google Formulários)	6
4. QUANTITATIVO E PERFIL DAS RESPOSTAS OBTIDAS	24
5. AVALIAÇÃO DAS RESPOSTAS	25
Macrodesafio #1.....	25
Macrodesafio #2.....	27
Macrodesafio #3.....	30
Macrodesafio #4.....	32
Macrodesafio #5.....	34
Macrodesafio #6.....	35
Macrodesafio #7.....	37
Macrodesafio #8.....	39
Macrodesafio #9.....	41
Macrodesafio #10	43
Análise de Ambiente – Ambiente Interno.....	45
Pontos Fortes	45
Análise de Ambiente – Ambiente Interno.....	47
Pontos Fracos	47
Análise de Ambiente – Ambiente Externo	49
Oportunidades	49
Análise de Ambiente – Ambiente Externo	51
Ameaças	51
Você tem mais alguma ideia?	53

RELATÓRIO ANALÍTICO DAS RESPOSTAS

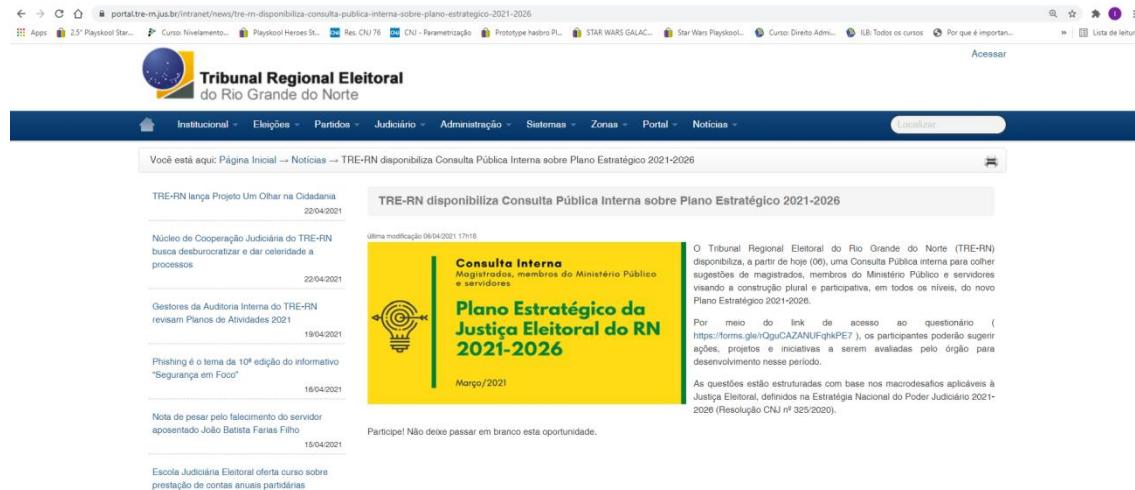
1. JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Tendo em vista o final do ciclo estratégico 2016-2020, a Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica – AGE propôs a realização de uma consulta pública para o público interno visando colher informações para o início da construção do processo de planejamento estratégico para o novo ciclo 2021-2026.

Assim, mediante a disponibilização de um questionário estruturado com base nos macrodesafios aplicáveis à Justiça Eleitoral, definidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Resolução CNJ nº 325/2020), buscou-se proporcionar um meio de participação para o público interno, a fim de incluir os anseios e contribuições destes agentes na construção do novo plano estratégico.

2. FORMALIZAÇÃO E PERÍODO DE APLICAÇÃO

O procedimento de consulta foi formalizado através da publicação de notícia na página da *internet* deste Tribunal e aplicado no período 06 a 19/04/2021.



The screenshot shows a news article from the TRE-RN website. The title of the article is "TRE-RN disponibiliza Consulta Pública Interna sobre Plano Estratégico 2021-2026". The article discusses the internal consultation for the Strategic Plan 2021-2026, involving magistrates, members of the Ministério Público, and staff. It encourages participation through a questionnaire available at a specific link. The article also mentions the theme of the 10th edition of the informative "Segurança em Foco" and the offer of a course on annual financial reporting by the Judicial Electoral School.

3. FORMULÁRIO DA CONSULTA (Google Formulários)



Período de aplicação: 06/04 a 19/04/2020.

Endereço: <https://forms.gle/rQguCAZANUFqhkPE7>

Formulários Google

Optou-se por utilizar ambiente virtual, visando favorecer a ampla participação do público externo, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, tendo sido assegurado o direito de expressar manifestações livres, com campo de respostas textuais longas em todas as perguntas (Seções) do questionário.

A seguir, as telas da consulta aplicada:



Seção 1 de 16

Consulta Interna - PEJERN 2021-2026

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ estabeleceu o referencial para a Estratégia Nacional do Poder

Título da imagem



Identificação: *

- Membros do TRE-RN
- Juízes(as) Eleitorais
- Promotores(as) Eleitorais
- Procurador(a) Regional Eleitoral
- Servidor(a) - Presidência (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - Corregedoria (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - Gabinete dos Juízes
- Servidor(a) - EJE (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - Diretoria-Geral (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - STIE (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - SAOF (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - SGP (todas as unidades vinculadas)
- Servidor(a) - SJ (todas as unidades vinculadas)



Seção 2 de 16

Macrodesafio #1

Descrição (opcional)

Título da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Sociedade

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 3 de 16

Macrodesafio #2

Descrição (opcional)

Título da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Sociedade

**FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE**

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 4 de 16

Macrodesafio #3

Descrição (opcional)

Título da imagem

Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Processos Internos

**AGILIDADE E PRODUTIVIDADE
NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa

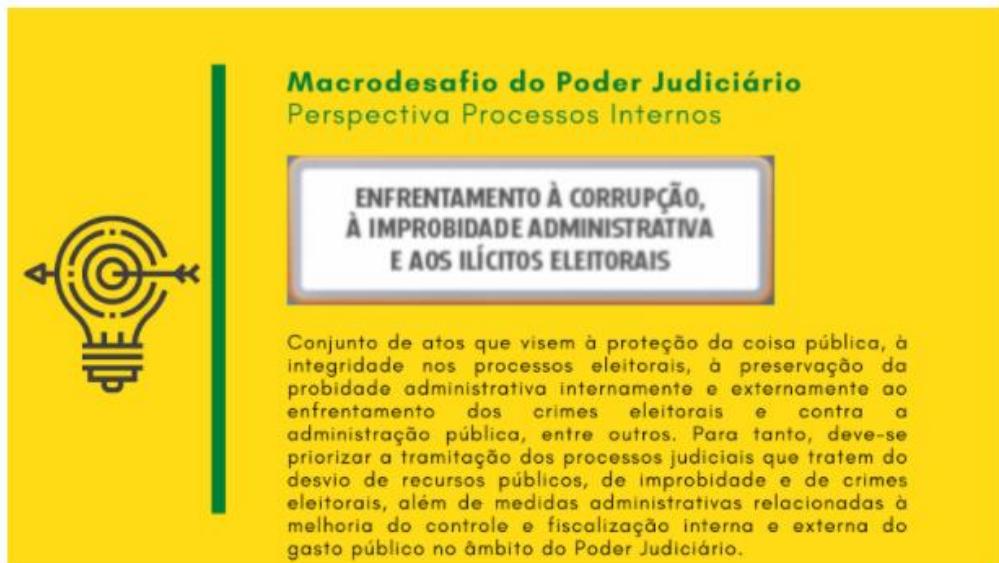


Seção 5 de 16

Macrodesafio #4

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Processos Internos

**ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO,
À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa

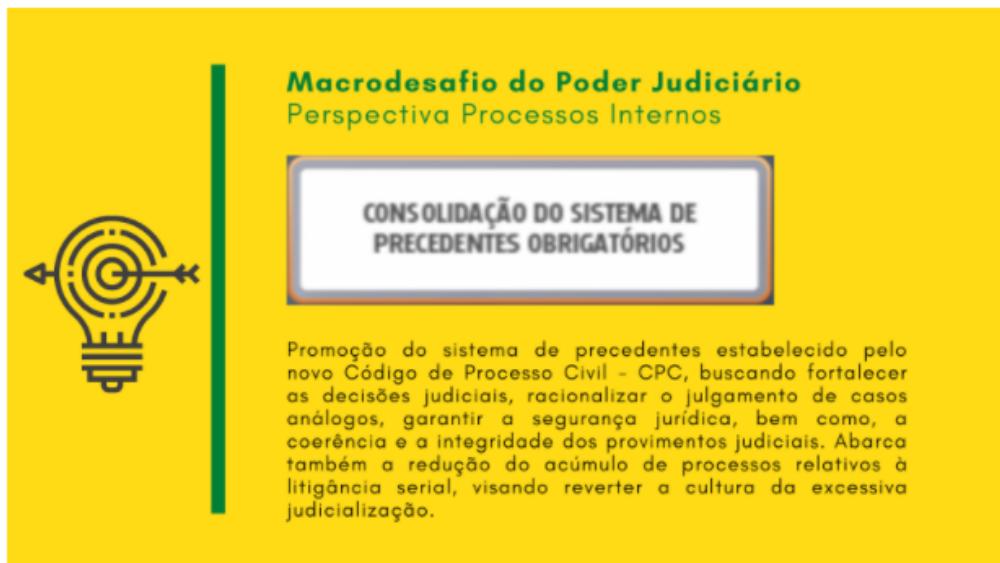


Seção 6 de 16

Macrodesafio #5

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Processos Internos

**CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa

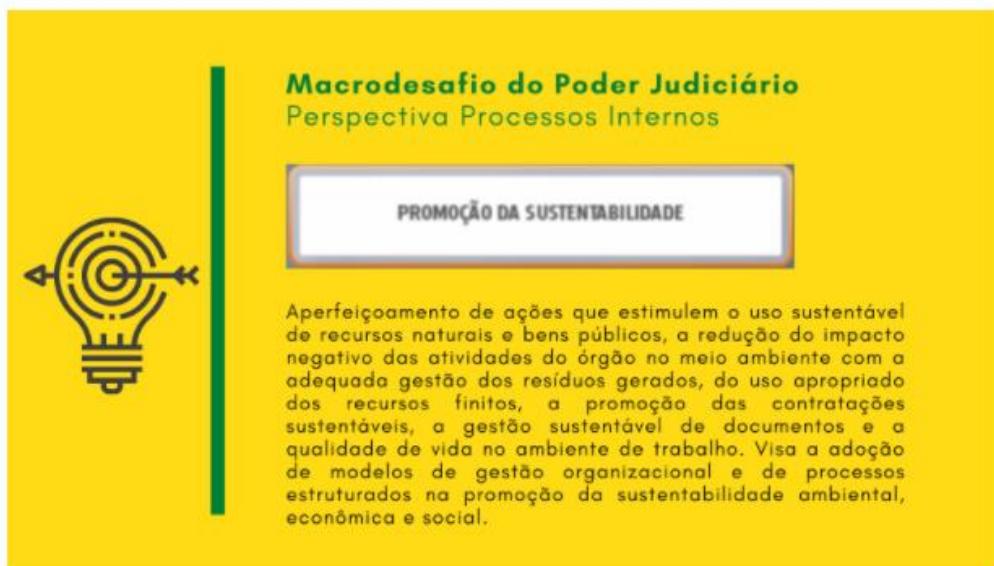


Seção 7 de 16

Macrodesafio #6

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Processos Internos

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa

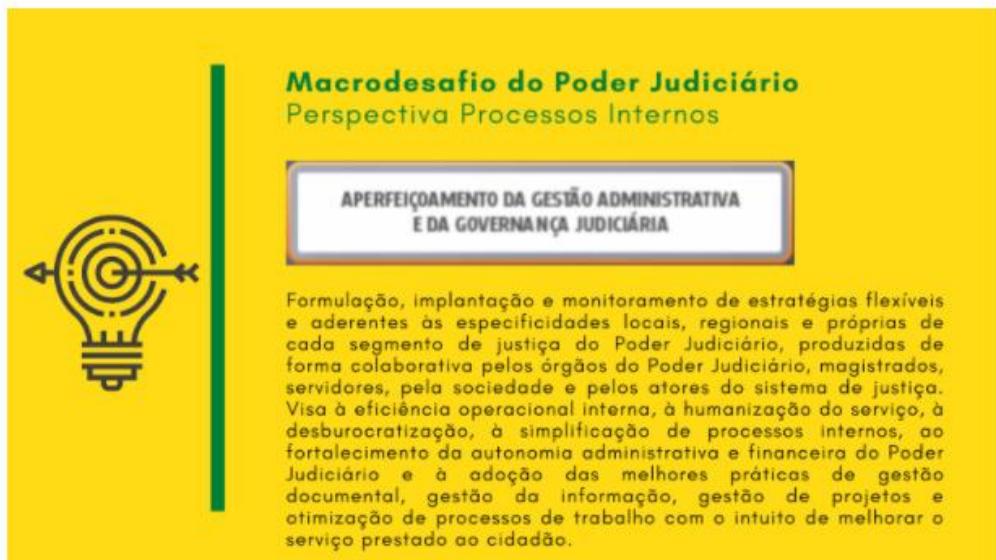


Seção 8 de 16

Macrodesafio #7

Descrição (opcional)

Título da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Processos Internos

**APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA**

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 9 de 16

Macrodesafio #8

Descrição (opcional)



Título da imagem

Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Aprendizado e Crescimento

**APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO DE PESSOAS**

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 10 de 16

Macrodesafio #9

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Aprendizado e Crescimento

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 11 de 16

Macrodesafio #10

Descrição (opcional)

Título da imagem

Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Aprendizado e Crescimento

**FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS**

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Texto de resposta longa



Seção 12 de 16

Análise do Ambiente

Descrição (opcional)

Título da imagem



Ambiente Interno

Indique os Pontos Fortes da Justiça Eleitoral do RN?

AMBIENTE INTERNO (Pontos Fortes do TRE-RN). Os pontos fortes são as vantagens que o TRE possui em relação aos outros Regionais ou outras instituições públicas. Considere os temas acima para responder quais são os nossos Pontos Fortes:

Texto de resposta longa



Seção 13 de 16

Análise do Ambiente

Descrição (opcional)

Título da imagem



Ambiente Intern

Indique os Pontos Fracos
da Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE INTERNO (Pontos Fracos do TRE-RN). Pontos fracos são os pontos negativos em relação a outros Regionais ou outras instituições públicas. Considere os temas acima responder quais são os nossos Pontos Fracos:

Texto de resposta longa



Seção 14 de 16

Análise do Ambiente

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Ambiente Externo

Indique as Oportunidades para Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE EXTERNO (Oportunidades para o TRE-RN). Oportunidades são os fatores externos que influenciam positivamente a finalidade do TRE-RN. É transformar nossas fraquezas em ações de melhoria. Considere os temas acima para responder quais são as Oportunidades que podemos aproveitar nos próximos anos:

Texto de resposta longa



Seção 15 de 16

Análise do Ambiente

Descrição (opcional)

Titulo da imagem



Ambiente Externo

Indique as Ameaças para Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE EXTERNO (Ameaças). Ameaças são os fatores externos que comprometem o crescimento do TRE-RN. É importante observar o cenário nacional, a fim de prevenir situações futuras ou criar modos para enfrentá-las e reduzir riscos. Considere os temas acima para responder que Ameaças estarão presentes nos próximos anos:

Texto de resposta longa



Seção 16 de 16

Você tem mais alguma ideia?

▼ ::

Descrição (opcional)

Caso queira destacar algo que não tenha sido abordado no questionário, utilize o espaço abaixo.

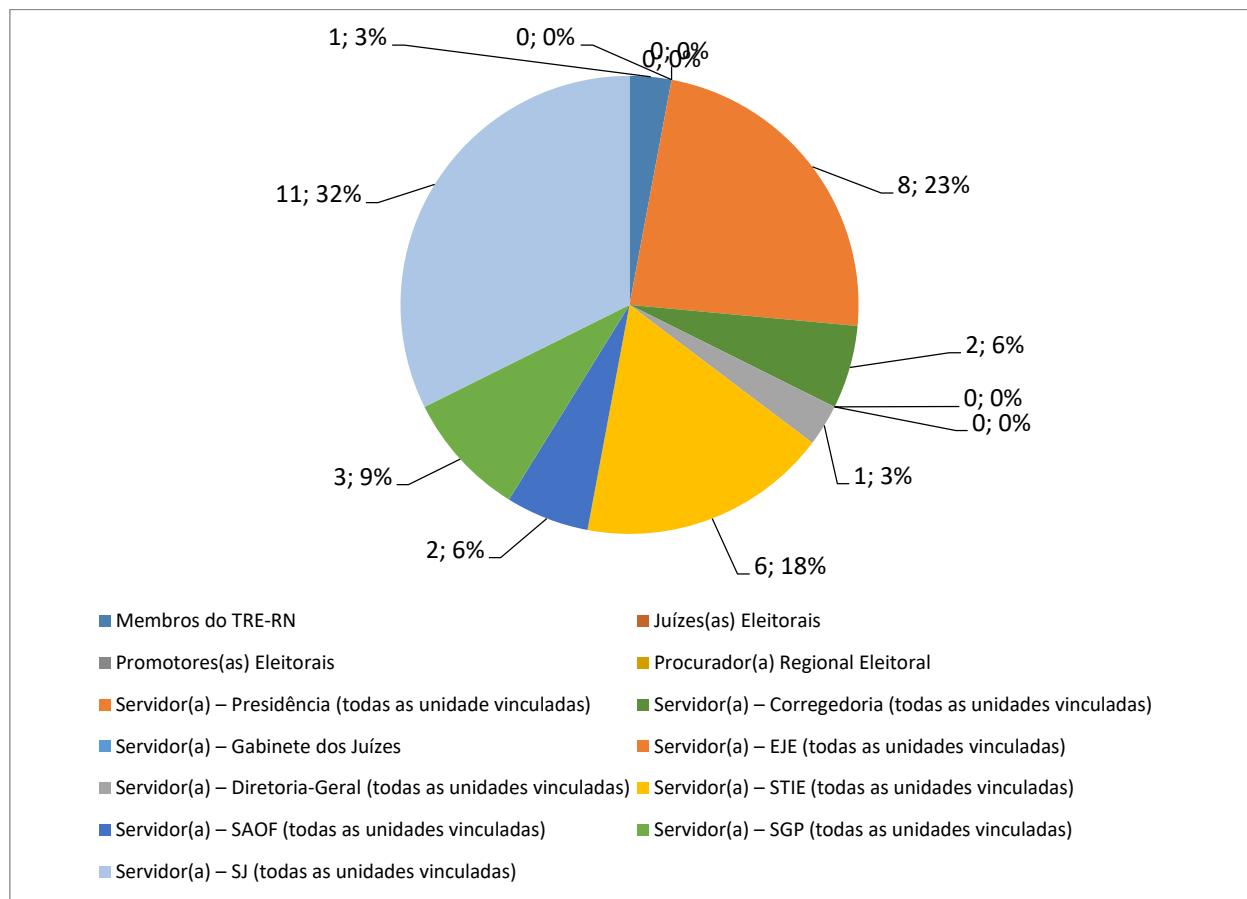
Texto de resposta longa



4. QUANTITATIVO E PERFIL DAS RESPOSTAS OBTIDAS

Quantidade de respostas	34
-------------------------	----

Perfil dos participantes	Quantidade	%
Membros do TRE-RN	1	2,9
Juízes(as) Eleitorais	0	-
Promotores(as) Eleitorais	0	-
Procurador(a) Regional Eleitoral	0	-
Servidor(a) – Presidência (todas as unidades vinculadas)	8	23,5
Servidor(a) – Corregedoria (todas as unidades vinculadas)	2	5,9
Servidor(a) – Gabinete dos Juízes	0	-
Servidor(a) – EJE (todas as unidades vinculadas)	0	-
Servidor(a) – Diretoria-Geral (todas as unidades vinculadas)	1	2,9
Servidor(a) – STIE (todas as unidades vinculadas)	6	17,6
Servidor(a) – SAOF (todas as unidades vinculadas)	2	5,9
Servidor(a) – SGP (todas as unidades vinculadas)	3	8,8
Servidor(a) – SJ (todas as unidades vinculadas)	11	32,4
Total	34	100,0%



Análise: número reduzido de participantes.



5. AVALIAÇÃO DAS RESPOSTAS

Macrodesafio #1



Macrodesafio do Poder Judiciário
Perspectiva Sociedade

**GARANTIA DOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS**

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
Criação, na Capital e, eventualmente, em cidades-pólo, de MRVs para surdos, com mesários que dominem Libras, dando-se ampla divulgação junto às respectivas associações e entidades.
Observar os direitos de igualdade entre terceirizados e servidores. Algumas condutas parecem muito discriminatórias
Diminuir o nepotismo no TRE-RN
manter as práticas promotoras de acessibilidade.
Ações que promovam aproximação à Sociedade. 1. Educação Política nas Escolas Públicas e Privadas; 2. Desenvolver tecnologias para promover maior acesso aos serviços oferecidos pelo Tribunal; 3. Dar ênfase a inclusão das minorias nas redes sociais do Órgão....
Tornar a justiça eleitoral mais inclusiva e mais acessível
Garantia e demonstração da segurança do processo eletrônico de votação
Garantia da aplicação da LGPD e do correto uso dos dados pessoais armazenados pelo Tribunal
Aumentar e aprimorar as funcionalidades no campo virtual, tanto para o servidor, como para o cidadão, destinatário de muitos serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral; Aprimorar a viabilizar melhores estruturas para o Tele-Trabalho, tanto a nível estrutural, como de acesso aos servidores.
Divulgar, de forma clara e objetiva, o papel da participação do eleitorado no processo eleitoral
Cursos para usuários externos como partidos políticos e eleitores
Não tenho



Melhorar acessibilidade para os eleitores em escolas públicas municipais do interior do estado.
Sugerimos a capacitação de servidores que possam trabalhar com a linguagem de libras, podendo assim, ampliar o atendimento a esse público, seja ele eleitor, advogado ou mesmo um candidato.
Plano de mídia sobre acessibilidade com diversos canais de divulgação
acessibilidade, que a população não precise sair de casa para resolver problema com a JE
O acesso a informações com clareza e busca por uma ampliação da consciência do exercício do direito ao voto e dos efeitos práticos decorrentes do sufrágio.
(1) Prover soluções para ampliação dos serviços públicos digitais
(2) Ampliar a difusão de direitos e deveres do cidadão e a participação feminina no processo democrático
Aumentar a oferta dos serviços públicos digitais
Uma Justiça célere, de fácil acesso, barata e de boa compreensão expande a sua visibilidade e aceitação junto a sociedade mais carente.
Expandir as ações sociais no âmbito do TRERN, articulando ações com outros órgãos públicos do judiciário estadual e federal, além de associações e sindicatos representativos da classe.
Criação e divulgação de vídeos esclarecendo acerca dos direitos do cidadão
Incentivo a ações de inclusão social para minorias, participação feminina no processo democrático, educação de cidadania.
Promover ações que leve o atendimento eleitoral as comunidades mais distantes.
Fomentar ações que busquem viabilizar o atendimento remoto com agendamento ou on-line para aproximar cada vez mais o cidadão dos serviços da justiça
Ampliar as ações/projetos de disseminação do conhecimento acerca das atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral através da Escola Judiciária Eleitoral.
Aprimorar as medidas de acessibilidade na prestação de serviços ao Usuário



Macrodesafio #2



Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Sociedade

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR PARA O PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO; INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA SOCIAL DE PRIMEIRO EMPREGO, VOLTADO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS EGRESSAS DO ENSINO MÉDIO, COM O OBJETIVO DE APROXIMAR A JUSTIÇA ELEITORAL DE SUA CLIENTELA, PROMOVER A QUEBRA DE BARREIRAS INSTITUCIONAIS E FORTALECER A MISSÃO INSTUTICIONAL DA JUSTIÇA ELEITORAL
Incentivo à criação de convênios com instituições públicas de ensino para inclusão de jovens do ensino médio em projetos de estágios estudantil junto às Zonas Eleitorais.
incluir nos canais de mídia como instagram curtos debates ou esclarecimentos. Convidar um cidadão da sociedade para fazer uma pergunta a um magistrado ou servidor sobre qualquer assunto ou dúvida eleitora e ser respondido em vídeo.
Parar de divulgar mentiras de que a gestão é atenta a governança , quando não consegue nem sair do modelo monárquico, no qual o parentesco com os Magistrados é o critério para ocupação de cargos comissionados, especialmente de pessoas sem vínculo com a administração publica.
Fortalecer-se como fonte de informação confiável e acessível para os eleitores.
Produção de vídeos, audios, banners que promovam a imagem da Justiça Eleitoral e a educação política nas escolas públicas e privadas. Ação: Desenvolver área física específica para produção própria pelos servidores da Casa
Maior divulgação do funcionamento da urna eletrônica para a sociedade
Difusão de medidas educativas de cidadania, democracia e educação política nas escolas públicas e privadas
Divulgação do papel do Tribunal



Proximidade com as escolas e formação de jovens
Palestras sobre a segurança do processo eletrônico de votação em comunidades das mais diversas origens
Campanhas de vídeo "Conheça o TRE/RN", demonstrando ao eleitor como as coisas são feitas dentro da lei, com transparência e segurança
Divulgar, com frequência, de forma clara e objetiva, o funcionamento da Justiça Eleitoral, seus prazos e procedimentos relacionados ao eleitorado, tais como alistamento e quitação eleitoral
Sistemas totalmente digitais, sem precisar ir sempre ao cartório
Não tenho
Modernizar os trâmites dos processos passando a incluir o e-mail institucional como forma de enviar mandados de citação, intimação e outros. Ainda é feito via correios. Isso economizaria custos e diminuiria tempo nos trâmites.
Sugerimos uma divulgação ampla de forma clara e objetiva das atividades institucionais de forma geral, onde se pode incluir esclarecimentos por exemplo de prazos para advogados, mas também do próprio processo eleitoral para os eleitores.
Aumento dos meios de divulgação
Divulgar os serviços da Justiça Eleitoral e documentação necessária nas redes sociais da Justiça Eleitoral e rádios das cidades.
Considerando as peculiaridades de cada Zona Eleitoral, divulgar na pagina da Justiça Eleitoral os principais atos normativos de cada Zona que estejam relacionados a prestação de serviço da Justiça Eleitoral na respectiva unidade.
Campanhas educativas.
Após cada eleição, disponibilizar os BUs assinados pelos mesários e fiscais de partidos na internet.
maior transparência, mais agilidade de processos para solucionar os problemas
É indispensável que o Judiciário chegue à sociedade. Recomenda-se uma desburocratização do acesso à justiça, com o aperfeiçoamento de ferramentas, inclusive, no âmbito da tecnologia da informação para fomentar uma linguagem mais objetiva, rápida e eficaz no que se refere à relação da sociedade e instituição.
(3) Aperfeiçoar os canais de comunicação com a sociedade
(4) Ampliar a transparência institucional interna e externa
Aumentar a transparência institucional
A comunicação é o meio ou forma de transmitir ou receber uma informação, e com ela ideias, experiência, conhecimentos, etc. O fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade não pode ser em uma única direção. A comunicação é bidirecional. Transforme o Fórum num shopping, num ambiente dinâmico, cultural, afastando a sensação de um ambiente burocrático, pesado, cheio de regras e controles.
Ampliar à acessibilidade dos canais de comunicação do TRERN não só em linguagem de libras mas também em braille, no que for possível.
Pesquisa pós eleições: entrevistar eleitores sobre estratégias para melhorar a Justiça Eleitoral
Implantar pesquisa de satisfação dos serviços prestados, principalmente em meio virtual, além de melhorar as formas de comunicação externa e a organização da informação na internet, além de incentivar a participação externa nas ações que possam melhorar a atuação do órgão.
Ações nas escolas estaduais para desenvolver o espírito de cidadania nos jovens.
Ampliar ações de capacitação e educação cidadã junto à sociedade.
reforçar campanhas publicitárias de esclarecimento da população nas mídias sociais mais populares com Instagram, facebook e twiter.



Melhorar a divulgação das ferramentas tecnológicas que facilitam o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral.

Divulgar de forma mais acessível o papel da Justiça Eleitoral junto à sociedade.



Macrodesafio #3

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Processos Internos



AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
REDISTRIBUIR FUNÇÕES COMISSIONADAS E FORÇA DE TRABALHO DOS Gabinetes E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO PARA O PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO E PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS COM ALTA DEMANDA DE ATRIBUIÇÕES A FIM DE AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELO REFORÇO DE PESSOAL NOS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E DE SUPORTE E AMPLIAR A CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL
facilitar o acesso do réu ao seu processo eletrônico. Permitir o cadastro com senha para que ele possa acompanhar a tramitação do processo. o Próprio cidadão fiscaliza o trabalho do Juiz e servidores.
Deixar que os servidores concursados ocupem os postos de gestão ao invés de apaniguados.
Julgar celeremente, nas diversas instâncias, os processos que tratem de perda de mandato.
Criar ações de incentivo e de meritocracia às áreas, servidores ou magistrados no desempenho de suas funções.
Transparência nas etapas dos processos
Tornar a prestação jurisdicional mais célere e eficaz
Divulgação clara em nosso site dos tempos de duração dos processos, principalmente os que envolvem candidatos eleitos.
Divulgar sempre o horário de funcionamento das unidades, incluindo as Zonas Eleitorais, pois sempre sofrem mudanças em função do período eleitoral.
Melhoria do PJE, que ainda é muito instável. Precisa também ser mais intuitivo de usar
Não tenho
Passar a utilizar formas de comunicação como e-mail para acelerar trâmites.
Sugerimos adoção de medidas que amplie a acessibilidade de processos ao público que por exemplo não tenham acesso à internet.
O Tribunal tem sido ágil em seus processos e de forma efetiva.



Manter os grupos de apoio às zonas eleitorais para auxiliar no andamento processual
justiça mais efetiva e ágil, na tramitação dos processos, mais eficiência e agilidade na realização dos serviços prestados pela justiça a população
A agilidade na prestação jurisdicional perpassa, antes de tudo, pelo quesito qualidade da Jurisdição. Não adianta a materialização de números exorbitantes se, dessa estatística, não se extrair, com segurança, a satisfação do usuário. A sugestão seria o aumento da capacidade de produção, com incentivo gradativo aos servidores pela produtividade, com a instituição de prêmios, fixando-se critérios específicos para não se afastar da qualidade do serviço.
(5) Estabelecer metas específicas internas de duração razoável dos processos judiciais
(6) Implementar práticas efetivas de controle da tramitação e da qualidade da prestação jurisdicional
Controle efetivo da qualidade da prestação jurisdicional
Para "materializar" a agilidade nos trâmites processuais, tem-se que reavaliar as fases, mudar regras antigas e otimizar os processos. Mas antes de tudo é conhecer cada processo e identificar como relacioná-los de forma eficiente, caso seja necessário. E se possível eliminar os gargalos distribuindo responsabilidades de procedimentos fiscais em processos específicos, mantendo a correlação no todo, sem descharacterizar os objetivos.
Ampliar a modelagem e sistematização de processos
Dar vazão aos processos de metas do CNJ.
Desenvolvimento de sistemas integrados em todo o país.
Avançar em ações de divulgação e de acompanhamento das informações relacionadas ao andamento de processos judiciais.
Disponibilizar ampla capacitação aos servidores da Justiça Eleitoral, a fim de que se reflita na melhoria da prestação jurisdicional. Realizar estudos visando analisar a capacidade produtiva das unidades, identificando as necessidades de melhoria e implementar políticas voltadas para a celeridade e qualidade da prestação jurisdicional.
Buscar de forma eficiente a celeridade e produtividade da prestação jurisdicional.



Macrodesafio #4

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Processos Internos



ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
APRIMORAR A SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
Tem que se iniciar esse enfrentamento dentro do proprio TRE a partir dos gestores que praticam diuturnamente atos ilícitos e ainda vendem outra idéia para a sociedade. Dar visibilidade aos dados das prestações de contas, por exemplo.
Maior rigor nas ações desenvolvidas
Treinamento dos servidores das zonas eleitorais em ações desta natureza Divulgação de canal para denúncias, em parceira com o MP
Treinamento específico para servidores que lidam com público externo, com fundamento na ética do servidor, com intuito de preservar o bom atendimento, sem expor a instituição e ao mesmo tempo atender à demanda externa
Cursos anuais para os partidos de prestação de contas anuais e de campanha
Não tenho
Aquisição e compras sejam justificadas levando em consideração os estoques atuais, o histórico de consumo e a durabilidade dos bens. Realização de análises qualitativas e não quantitativas (baseada em informações de sistemas).
Sugerimos a capacitação de unidades e setores que trabalhem diretamente com o controle e a fiscalização.
Priorizar o julgamento dos processos e fortalecer o canal de denúncias
priorizar e facilitar a tramitação dos processos, maior controle e fiscalização interna e externa do gasto publico
O recrudescimento da normas e sanções deve ser um dos pilares. Por outro lado, é necessária a incessante qualificação dos servidores, com evidência nos mecanismos de controle e governança para manter, em alerta, a proteção ao patrimônio público.

(7) Aprimorar os controles internos para a melhoria da aplicação dos recursos públicos
(8) Assegurar a atuação da auditoria interna, em conformidade com normas internacionais e nacionais
Assegurar a atuação independente da Auditoria Interna conforme as boas práticas
Conhecer mais as pessoas; melhorar os relacionamentos sociais internos; diminuir pessoas que trabalham em setores específicos e criar mais pessoas que trabalhem mais em equipes. Diminuir privilégios e valorizando a iniciativa, disposição e o bom relacionamento. Fortalecer laços de amizade, distribuir responsabilidade, apoiar e discutir ideias, aproximar as pessoas e manter um controle participativo e uma fiscalização transparente.
1) Parceria com o TCERN (Acordo de Cooperação Técnica) para o exame de contas eleitorais; 2) Investir na continuidade do projeto "Nova Pólis" que visa qualificar jovens aspirantes a cargos eletivos.
Aulas on-line para crianças e adolescentes acerca do tema.
Implantar formas de dar visibilidade às ações do órgão voltadas ao tema (julgamento de processos de crimes eleitorais, prestação de contas eleitorais e partidárias, de cassação de mandatos)
Leis mais rígidas e punições mais severas. Durante a campanha muitos políticos são pegos mais facilmente são condenados.
estabelecer prioridades na tramitação dos diversos tipos de processos com indicativos de produtividade nos setores responsáveis
Desenvolver ferramenta tecnológica para melhorar o controle, a inserção de dados e a celeridade na confecção do orçamento de pleitos da Justiça Eleitoral.
Desenvolver mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa com auxilio da sociedade.



Macrodesafio #5



Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Processos Internos

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil – CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
Sem resposta
Cursos de formação na área
Criação de súmulas vinculantes
Não tenho
Divulgar editais de seleção para programas de estagiários nas várias áreas, bem como de trabalho voluntário. Falta também mão-de-obra.
maior coerência nas decisões
O sistema de precedentes é ferramenta de indiscutível avanço que deve sim incorporar-se às medidas para desafogar à justiça, sem se olvidar, por óbvio, algumas particularidades de cada caso para não automatizar decisões e tornar a atividade jurisdicional uma mera repetição de julgados.
Sem sugestões.
sem sugestão
Entendo que a metodologia dos sistemas devem ser desenvolvidos com regras claras, simples e eficientes, numa perspectiva legal e lógica. Mas como todo sistema, ele deve ser muito bem controlado e avaliado, evitando lacunas abertas para manobras por interpretações variáveis.
Não há
Sem sugestão
Sistema integrado ajudará muito.
incentivar a atualização e consultas a bancos de sentenças e jurisprudência
Priorizar o sistema de precedentes de casos análogos e a redução do acúmulo de processos de litigância serial.



Macrodesafio #6

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Processos Internos



PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
INSTITUIÇÃO DO TELE-TRABALHO DE FORMA PERMANENTE
Projeto de recuperação/reciclagem consciente dos resíduos gerados nos locais de votação, com eventual benefício para entidades com finalidade social.
instituir coleta de lixo seletiva como regra nos Tribunais
Não ha gestao no TRE RN. Tudo que é feito de bom decorre do empenho pessoal dos servidores da casa. A gestao so esta preocupada em se manter nos cargos e perseguir inimigos.
Reforço nas práticas de sustentabilidade, especialmente no uso de recursos.
Priorizar as aquisições e serviços de empresas que promovam a sustentabilidade, necessariamente.
Maior participação nos projetos ambientais no órgão e na cidade.
Medidas de sustentabilidade no ambiente de trabalho e nas contratações públicas
Capacitação de servidores que compõem equipes de planejamento das contratações
Estabelecimento de critérios mínimos para conter nos TRs
Programa parceria do TRE com a sociedade civil em prol de um tratamento específico de um resíduo a ser escolhido.
Incentivo ao trabalho remoto
Não tenho
Mais apoio dos Gestores de alto escalão aos Programas que visam à sustentabilidade. Maior cuidados dos gestores em relação à qualidade de vida no ambiente de trabalho, objetivando a exclusão de assédios morais, exploração dos servidores e pressões de trabalho, que ao final, adoecem psicológica e fisicamente os servidores.
Sugerimos uma continuidade e melhoria da preservação do meio ambiente com medidas práticas de não utilização de copos plásticos, diminuição de folhas de papel e principalmente na continuidade e melhoria no programa de qualidade de vida na promoção de ações que

possibilitem ao servidor, momentos de relaxamento e momentos de lazer.
Redução de impressões
Manter as campanhas que orientam a utilização racional dos bens, recolhimento de material reciclável e separação de lixo
mais utilização dos recursos naturais nas instituições como, trabalhar com janelas e portas abertas
Maior integração da Justiça Eleitoral a universidades, organismos e tecnologias voltadas para sustentabilidade, com programas anuais, concursos e premiações de notoriedade e incentivo à iniciativas e descobertas nesse campo de atuação.
(9) Promover o uso efetivo do Plano de Logística Sustentável como instrumento de gestão administrativa no âmbito das contratações públicas e no processo eleitoral
Implementar efetivamente o Plano de Logística Sustentável no âmbito das contratações públicas e no processo eleitoral
A cultura do compartilhamento veio para rationalizar o tempo e as coisas. Em tempo de pandemia, compartilhei com o TRE minha cadeira, minha água, meu café, minha luz, minha internet, muitas coisas. Compartilhar a carona diminui a emissão de CO2; compartilhar ambiente de trabalho (Tribunal/casa) diminui o uso de água servida, material de limpeza, etc. Compartilhar ambiente virtual (reuniões virtuais) evita deslocamentos de carro, avião ou outro meio de transporte poluentes.
1) Expandir o uso de energia limpa; 2) Abrir o TRERN para a sociedade, tornando-se um Ecoponto
Fortalecer a consciência da qualidade do gasto público, priorizando o que é necessário, estimulando as compras compartilhadas; fazer uma gestão eficiência dos custos com manutenção, considerando as probabilidades de limitação do orçamento e a alta manutenção com o prédio da sede.
As ações já existem o problema é a consciência dos servidores.
Ampliar ações de transparência relacionadas ao gasto de insumos
promover ações que estimulem o uso inteligente de recursos e descarte sustentável, incentivando a prática sempre que possível do trabalho remoto, substituição de impressões em papel por arquivos digitais, encaminhamento de equipamentos de TI inservíveis para locais que reciclem esse tipo específico de material.
Estabelecer metas de redução gradativa de impressões em papel de documentos que podem ser acessados a qualquer tempo por ferramentas tecnológicas.
Desenvolver ações continuas de orientação ao servidores e Magistrados quanto as políticas socioambientais.



Macrodesafio #7



Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Processos Internos

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
ESTIMULAR OS SERVIDORES EFETIVOS COM REDUÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS OCUPADAS POR PESSOAS SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO OU ORIUNDOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS
Institucionalizar as iniciativas de pausas no trabalho para alongamento do corpo. A indicação existe mas os diretores a tomam como preguiça no trabalho.
O TRE RN não tem gestão nem rumo. Tudo balela e conversa pra boi dormir.
Buscar participação dos cidadãos nos projetos
Otimização dos processos de trabalho e simplificação dos processos internos
Implantação do Programa de Transformação Digital
Uniformizar e ampliar os conhecimentos dos servidores nas ferramentas de gestão
Necessidade de criação de protocolos e de passo a passo de processos administrativos
Não tenho
Importante rever as políticas de humanização do serviço.
desburocratizar, simplificar
Sugere-se apenas a atualização constante e o aperfeiçoamento das ferramentas e programas já implantados nessa seara.
(10) Difundir a necessidade de otimização contínua dos processos de trabalho, com base em riscos e controles internos eficazes
(11) Aprimorar a gestão documental com base nas boas práticas preconizadas no âmbito do Poder Judiciário
Implementação da política efetiva de controles internos e gerenciamento de riscos
Integração ou renovação dos sistemas existentes. Reformulação nos processos tornando-os integrados, mais leves e ágeis.



Aperfeiçoar a gestão documental no âmbito das Zonas Eleitorais
Adotar efetivamente as boas práticas de governança para que o órgão possa avançar e apresentar resultados concretos. Introduzir mecanismos eficazes para a priorização de projetos com base em riscos e qualificar continuamente as lideranças nos conceitos de gestão mais atualizados.
Revisão dos atuais mecanismos de gestão e governança institucional, buscando otimizá-los
Focar em ações que priorizem o armazenamento digital de alta disponibilidade e com facilidade de consultas, sempre que o grau de sigilo permitir
Estabelecer metas de mapeamento de processos com análise de riscos com o intuito de identificar as necessidades de controle dentre outras melhorias e implementá-las, visando aperfeiçoar a gestão administrativa
Desenvolver Ações de fortalecimento da Rede de Governança



Macrodesafio #8

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Aprendizado e Crescimento

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS



Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
ESTIMULAR OS SERVIDORES EFETIVOS COM REDUÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS OCUPADAS POR PESSOAS SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO OU ORIUNDOS DE OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS
Ampliação do teletrabalho em conexão com os serviços digitais oferecidos à sociedade.
Permitir ciclos de rodas de conversa com psicólogos para reduzir riscos de conflitos interpessoais no trabalho
Assim como em todas as áreas a gestão de pessoas não existe porque o compromisso do diretor é com as falcatravas e manutenção de apaniguados.
Desenvolvimento de lideranças.
Promoção de treinamento em diversas áreas
Valorização da competência dos servidores e adequação da distribuição da força de trabalho
Lançar um programa de qualidade de vida mais consistente, com ações mais efetivas
Incentivar que todos servidor tenha uma atividade em paralelo, como artesanato, hobbie e depois ter uma mostra de talentos
Dedicar mais recursos às capacitações, com meta anual de horas mínimas por servidor
Estimular as decisões participativas
Priorizar as áreas de atividade-fim do TRE na dotação de pessoas e estruturas administrativas
Mais ações de integração dos servidores e das unidades , no sentido de estimular a compreensão da instituição como um todo
Facilitar a redistribuição de cargos entre os tribunais regionais, de acordo com a lei.
Não tenho
Apoio dos grandes gestores ao Projetos de aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Sugerimos ações que promovessem uma integração entre servidores e unidades no intuito de conhecer a instituição como um todo.



Mapeamento de ocupações críticas
mais ações voltadas a saúde do trabalhador, ter mais empatia, mais humanização, melhorara relação interpessoal entre chefias e trabalhadores
Nesse campo de atuação, sugere-se uma maior proximidade dos servidores a eventos de humanização, a exemplo de concursos culturais, lançamentos, festivais e eventos literários, calendários festivos, cursos, palestras e seminários voltados à integração e desenvolvimento para qualidade de vida e do trabalho.
(12) Implantar políticas efetivas de gestão de pessoas, com foco na saúde, na qualidade de vida e na adequada alocação da força de trabalho
(13) Ampliar a prestação de serviços de formação e aperfeiçoamento da força de trabalho por meio de eventos educacionais a distância
(14) Fomentar o desenvolvimento profissional por meio do compartilhamento interno de conhecimentos, habilidades e atitudes
(15) Priorizar o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais da força de trabalho do 1º grau de jurisdição
Ampliar a política de formação e aperfeiçoamento da força de trabalho por meio de eventos educacionais a distância (EAD)
Conhecer mais o servidor do TRE identificando o seu potencial de relacionamento social, responsabilidade, liderança e competência para o aprendizado. Valorizar o conhecimento técnico e humano, um profissional que tenha ou busque experiências em novas tecnologias, que agregue conhecimentos às atividades desenvolvidas em sua instituição, que desenvolva aptidão para o trabalho em equipe e não individualizado. Deve-se evitar a valorização em capacitação com perfil acadêmico. Sugere-se a formação de grupos de pessoas, com objetivos comuns e institucional, quando na realização da licença capacitação, formando turmas de estudo, de conhecimento e de aprendizado, voltado a uma área de interesse que integra as necessidades no TRE.
1) Capacitação em liderança para futuros gestores; 2) . Promover a disseminação da política de boas práticas e reconhecimento no âmbito do TRE/RN"; 3)Implantar o projeto "gestão do conhecimento no TRE/RN, em razão da iminência de aposentadoria de diversos servidores com grande conhecimento sobre a matéria na qual atua.
Viabilizar mais treinamento aos servidores
Reformular o modelo de capacitação para obter melhores resultados, inclusive com a avaliação efetiva; valorizar os servidores que apresentam maior e melhor desempenho com base em critérios objetivos; introduzir capacitação contínua para as lideranças e potenciais perfis de líderes; atuar em ações focadas em perfis comportamentais; e desenvolver projeto para a disseminação do conhecimento nos cargos de gestão, para melhoria da transição nas mudanças dos presidentes.
Políticas que envolva atendimento fisioterapêutico, muito servidores sofrem por ficar muito tempo em frente a computadores com posturas erradas.
Ampliar o debate e estabelecer ações mais concretas e efetivas para a adoção em maior escala do teletrabalho; Garantir a continuidade e ampliação do programa de Residência de TIC.
Visar ações que busquem melhorar o ambiente de trabalho e qualidade de vida dos servidores, com incentivo à práticas de esportes e atividades físicas, conciliando sempre que possível o trabalho presencial com o tele trabalho.
Realizar estudos sobre as condições de trabalho das unidades, visando implementar as melhorias necessárias para o bom desempenho das respectivas atividades



Macrodesafio #9

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Aprendizado e Crescimento

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
INSTITUIR A CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO CONTÍNUA NAS ÁREAS ESPECÍFICAS DA ADMINISTRAÇÃO, COM INVESTIMENTO NO CORPO TÉCNICO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES, PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
Alnda é uma area que não foi tão aparelhada por apaniguados.
Criar metas de redução de custos entre os exercícios financeiros, a cada ano sinalizar as respectivas naturezas das despesas.
Buscar maior visibilidade as decisões
Gastos com projetos sociais que visem educação política
Não tenho
Relevante rever o que são necessidades prioritárias relativas aos gastos.
planejamento orçamentário antecipado
melhorar as despesas com os gastos, visando as necessidades prioritárias
Aperfeiçoamento das agendas já implantadas.
(16) Assegurar o alinhamento do uso dos recursos públicos às necessidades prioritárias da prestação jurisdicional
(17) Fortalecer os mecanismos de controle para transformar a aplicação dos recursos orçamentários em resultados efetivos para a sociedade
Assegurar o uso dos recursos públicos às necessidades prioritárias da prestação jurisdicional
Aprimorar o mecanismo de controle e divulgação orçamentária (evitando planilhas) desenvolvendo sistemas que se alimentam de forma participativa e gerencial, onde se acompanha em tempo real a evolução das informações gerando conhecimento para tomada de decisões.
1) Promover a melhoria contínua no planejamento das contratações; 2) Implantação do

Almoxarifado Virtual Nacional no âmbito do TRE-RN; 3) Aprimoramento dos instrumentos da Política de Compras Compartilhadas.
Sem sugestões.
Os políticos não aprovam a LOA e atrasam toda o planejamento de contratações.
Realizar consultas previas sobre a necessidade dos diversos setores, para baseado no orçamento existente, buscar atender as demandas mais importantes na visão da alta administração conciliando com necessidades apontadas pelos demais servidores
Reducir os gastos não essenciais à atividade fim dos órgãos da Justiça Eleitoral, a fim de que o objetivo primordial do órgão seja alcançado mediante condições adequadas de trabalho.
Melhora a gestão de aquisições e contratações



Macrodesafio #10

Macrodesafio do Poder Judiciário Perspectiva Aprendizado e Crescimento



FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Sugira iniciativas a serem desenvolvidas no período 2021-2026:

Respostas
AMPLIAR O CONHECIMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ÀS DEMAIS SECRETARIAS DO TRE/RN E ÀS ZONAS ELEITORAIS, CAPACITANDO OS SERVIDORES PARA AS CONTINGÊNCIAS MAIS COMUNS E LIBERANDO OS SERVIDORES LOTADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA PARA ATUAÇÃO NO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DE TIC
Também é uma área que funciona relativamente bem porque não foi objeto de nepotismo.
Empreender mais recursos orçamentários na área de TI, a fim de obter retorno no desenvolvimento de novas tecnologias ou aprimorar o que já se dispõe.
Fortalecimento das garantias de segurança
Disponibilização dos serviços digitais ao cidadão
Implantação do Programa de Transformação Digital
Implantação do programa de Proteção de Dados desde a concepção
Maior disseminação das ações de segurança da informação
Treinamentos específicos das atribuições que cada servidor desempenha
Não tenho
Nesse quesito acho que a JE está bem avançada.
Criação da semana da informação com tudo que engloba alerta na segurança de dados e informações.
garantir uma melhor proteção de dados pessoais , mais confiabilidade
Maior integração com organismos nacionais e internacionais de segurança da informação.
(18) Desenvolver projetos e programas aderentes à nova Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário, promovendo a transformação digital
(19) Prover segurança da informação em conformidade com as boas práticas do Poder Judiciário
(20) Estabelecer políticas internas de proteção dos dados pessoais

Implementar políticas internas de proteção dos dados pessoais
Desenvolver e divulgar a cultura de proteção dos dados; integrar setores e lugares sensíveis na proteção de informações; enxergar novas tecnologias que possam agregar e valorizar a política de segurança da informação.
Ampliação das ferramentas de BI
Pesquisas Boas Práticas e estimular novas idéias
Focar em projetos digitais que atendam prioritariamente às unidades que atuam com foco no cidadão.
Ampliar recursos humanos de TIC
Priorizar capacitação para servidores que atuam na área de infraestrutura de TI, realizar investimentos em ferramentas de monitoramento de atividades digitais para viabilizar o fornecimento das informações que atendam os requisitos de Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, entre outros atributos que garantem a Segurança da Informação.
Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para disponibilização das informações necessárias ao planejamento e a execução das atividades pelos agentes interessados com celeridade e eficiência.
Investir de forma contínua na infraestrutura de TIC



Análise de Ambiente – Ambiente Interno

Pontos Fortes



Ambiente Interno

Indique os Pontos Fortes da Justiça Eleitoral do RN?

AMBIENTE INTERNO (Pontos Fortes do TRE-RN). Os pontos fortes são as vantagens que o TRE possui em relação aos outros Regionais ou outras instituições públicas. Considere os temas acima para responder quais são os nossos Pontos Fortes:

Respostas
PRODUTIVIDADE E RECURSOS MATERIAIS
Gestão do Processo Eleitoral
gestão doprocesso eleitoral, qualificação das pessoas e processos mapeados
Nenhum, o TRE tem otima estrutura física, equipamentos, servidores capacitados, mas é uma ferrari com gasolina batizada, nao vai a lugar nenhum porque a gestão so tem foco em esconder os desmandos dos gestores vindos de fora.
Orçamento suficiente; boa qualificação técnica do pessoal; processo eleitoral conhecido
Orçamento - Recursos Materiais - Excelentes Instalações
Clima organizacional; Gestão de riscos; Processos mapeados; Produtividade; Qualificação das pessoas.
Acho que o TRE-RN tem uma boa execução orçamentária, êxito na realização das eleições e sempre busca atender as demandas da melhor forma.

Atender as demandas e produtividade
Servidores compromissados
Estrutura física
Estrutura de TI
Carga horária
Transparéncia
Gestão por competências
Recursos materiais
Qualificação das pessoas, Produtividade, Recursos materiais, Atender as demandas.
Atender às demandas
Clima organizacional
Qualificação das Pessoas e Produtividade
Recursos materiais, produtividade, orçamento
Qualificação das pessoas, recursos materiais, processo mapeado
Qualificação das Pessoas, Produtividade e Recursos Materiais.
Qualificação das pessoas, atender as demandas, produtividade
orçamento, gestão do processo eleitoral, recursos materiais
Liderança, qualificação das pessoas, recursos materiais, clima organizacional.
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação das pessoas • Recursos materiais (mobiliário e equipamentos de tecnologia da informação) • Estrutura física adequada
Quadro funcional;
Equipamentos tecnológicos;
Mobiliário;
Estrutura física adequada
Fora da ordem: Qualidade das pessoas; Recursos Materiais; Orçamento; Clima Organizacional
Gestão do processo eleitoral; Recursos materiais; Orçamento
Estrutura de trabalho com equipamentos e ambientes satisfatórios, orçamento disponível para as necessidades organizacionais, servidores qualificados em conhecimento técnico.
Gestão do Processo Eleitoral, Recursos materiais, Sistema de Governança.
Implantação da Residência de TIC
Qualificação de pessoas, recursos materiais, Mapeamento dos processos, produtividade, local de trabalho, relações interpessoais.
Qualificação de pessoas, gestão do processo eleitoral, atender as demandas.
Recursos materiais, clima organizacional, produtividade, liderança, atender as demandas
Excelência no Planejamento e na execução do Processo Eleitoral



Análise de Ambiente – Ambiente Interno

Pontos Fracos



Ambiente Interno

Indique os Pontos Fracos
da Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE INTERNO (Pontos Fracos do TRE-RN). Pontos fracos são os pontos negativos em relação a outros Regionais ou outras instituições públicas. Considere os temas acima responder quais são os nossos Pontos Fracos:

Respostas
CLIMA ORGANIZACIONAL, RETRABALHO, COMUNICAÇÃO INTERNA
Clarov de lotação
retrabalho, claros de lotação
É um manancial inenarrável de problemas e quase todos tem causa em comum, não ha gestão séria e comprometida com a instituição.Apenas em esconder desmandos e perseguir inimigos.
Muitas aposentadorias em vista sem perspectiva de reposição, liderança com tendênciacentralizadora, introdução de automação limitada à capacidade da TI.
Clarov de lotação nas ZEs - Fragilidade no DFT - Servidores não comprometidos - Ausência de Meritocracia - Alternância dos Membros do Tribunal
Congestionamento de processos; Comunicação interna; Aposentadoria.
Com relação ao mapeamento de processos ainda temos um longo caminho a percorrer.
Retrabalho e claros de lotação



Período da mudança de gestão
Falhas na Comunicação Interna
Baixo índice de capacitação
Claros de lotação
Pouca automação, liderança, Comunicação interna.
Comunicação interna
Pouca automação
Claros de Lotação e Comunicação Interna
Retrabalho, comunicação interna, saúde (Ex.: outros Regionais possuem auxílio-farmácia para compras de medicamento, Ex: Pará).
Liderança, claros de lotação, atendimento de demanda
Retrabalho e Pouca Automação
claros de lotação
retrabalho, comunicação interna, saúde, processos mapeados
Retrabalho, congestionamento de processos.
<ul style="list-style-type: none">• Aposentadorias• Comunicação interna• Resistência à melhoria contínua dos processos de trabalho• Capacidade de liderança (lacunas de competências gerenciais)• Pouca automação• Ausência de políticas de valorização e reconhecimento do mérito do servidor• Fomento à formação cidadã• Serviços digitais
Retrabalho; congestionamento de processos; Processos Mapeados; Falta de Integração; Pouca automação; comunicação Interna; Liderança
Claros de lotação; Comunicação interna;
Poucos servidores
Clima organizacional difícil, com perfil personalíssimo; cultura organizacional resistente a mudanças, reativa, fortemente hierarquizada; dificuldade de introduzir teletrabalho; pouca automação; má distribuição da força de trabalho; ausência de processo sucessório para qualificar as lideranças nos novos modelos de gestão.
Claros de lotação, comunicação interna.
Excesso de demandas e frentes de trabalho simultâneas.
Alta demanda frente ao numero reduzido de servidores
Retrabalho, comunicação interna e produtividade.
Claros de lotação, comunicação interna, processos mapeados, retrabalho
Melhorar a forma de divulgação dos dados processuais



Análise de Ambiente – Ambiente Externo

Oportunidades



Ambiente Externo

Indique as Oportunidades para Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE EXTERNO (Oportunidades para o TRE-RN). Oportunidades são os fatores externos que influenciam positivamente a finalidade do TRE-RN. É transformar nossas fraquezas em ações de melhoria. Considere os temas acima para responder quais são as Oportunidades que podemos aproveitar nos próximos anos:

Respostas
Credibilidade da JE; Serviços digitais
serviços digitais
A vinda dos servidores das ZOnas para a capital.
Serviços digitais; Fortalecimento da Educação Política
Estatísticas Judiciais - Eleições Comunitárias - Serviços Digitais
Educação política; Eleições comunitárias; Convênios; Credibilidade da JE;
Educação Política e Credibilidade da Justiça Eleitoral
Normas e estímulos oriundos do CNJ
Realização a cada 2 anos, o que permite que o TRE mostre seu valor
Ampliação da quantidade de cidadãos conectados à internet e às redes sociais, ampliando os meios de divulgação do órgão



Credibilidade da JE e Estatística Judiciária.
Convênio, serviços digitais, Credibilidade da JE.
Educação política e inovações
Serviços digitais
Credibilidade da JE e Metas do CNJ
Eleições comunitárias, convênios, inovações.
Teto de gastos, convênio, inovação digital, pje
Convênios, Metas do CNJ
PJe
mais acessibilidade, inovações, teto de gastos
Acessibilidade, inovações.
<ul style="list-style-type: none">• Credibilidade da Justiça Eleitoral• Eleições comunitárias• Fomento à formação cidadã• Serviços digitais• Determinações/recomendações dos órgãos direcionadores e de controle para a adoção de boas práticas• Possibilidade de parcerias e convênios no âmbito da administração pública• Ampliação dos meios de comunicação com a sociedade
<ul style="list-style-type: none">• Dúvidas sobre a segurança do voto eletrônico• Ataques cibernéticos• Desinformação
Inovações; Integração com serviços comunitários; convênios; ambiente de oportunidade para a comunidade.
Inovações; Teto de gastos; PJe
Convênios com instituições para incrementar o serviço e a qualificação dos servidores
Avanço da comunicação digital; metas do CNJ para priorizar o julgamento de processos de grande visibilidade para a sociedade; diretrizes do Poder Judiciário para as questões socioambientais e serviços digitais.
Educação política e metas do CNJ.
Alto grau de confiabilidade dos serviços prestados
Priorizar serviços digitais, com o avanço do tele trabalho e do uso de ferramentas que viabilizam o atendimento a distância, focar no atendimento ao público, sempre que possível, de forma remota, para otimizar o tempo do eleitor e dos servidores.
Credibilidade da JE, serviços digitais e inovações
Inovações, Serviços Digitais, Estatísticas Judiciárias, Educação Política
Aproveitar os questionamentos da sociedade para provar a segurança existente no processo eleitoral.



Análise de Ambiente – Ambiente Externo

Ameaças



Ambiente Externo

Indique as **Ameaças** para
Justiça Eleitoral do RN?

QUANTO AO AMBIENTE EXTERNO (Ameaças). Ameaças são os fatores externos que comprometem o crescimento do TRE-RN. É importante observar o cenário nacional, a fim de prevenir situações futuras ou criar modos para enfrentá-las e reduzir riscos. Considere os temas acima para responder que Ameaças estarão presentes nos próximos anos:

Respostas
ATUALMENTE, A DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL DA FORÇA DE TRABALHO JÁ É UMA AMEAÇA À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS COLABORADORES E, POR CONSEQUÊNCIA, À PRODUTIVIDADE. O NEGACIONISMO NO CUSTO DAS ELEIÇÕES AMEAÇA A CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA ELEITORAL, NA MEDIDA EM QUE PELO MENOS METADE DOS CUSTOS SÃO REPASSADOS AOS ENTES POLÍTICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO E, AINDA, OS SERVIDORES MAIS SACRIFICADOS COM AS TAREFAS ELEITORAIS SÃO PREJUDICADOS PELO FALSEAMENTO DA REMUNERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA EFETIVAMENTE TRABALHADA
Desinformação; Saúde pública.
ataques cibernéticos
De dois em dois anos vem ameaças concretas.
Desinformação junto à população; redução gradativa de servidores; desconfiança nas eleições
Custo das Eleições - Desinformação - Dúvidas sobre a segurança das Urnas Eletrônicas



Custo das eleições; Rezoneamento; Corte do orçamento; Ataques cibernéticos.
Corte orçamentário, distribuição desigual da força de trabalho, saúde pública.
Distribuição desigual da força de trabalho e custos das eleições
Congelamento dos salários e ameaças de redução dos salários
As correntes de desinformação (fake news)
A não realização de concursos públicos
Não provimento de cargos vagos e desinformação
Distribuição desigual da força de trabalho, ataques cibernéticos, saúde pública, desinformação.
Distribuição desigual da força de trabalho e dúvidas de segurança
Custo das eleições
Custo das eleições, desinformação, distribuição desigual da força de trabalho, ataques cibernéticos, não provimento de cargos vagos, corte do orçamento e saúde pública.
Rezoneamento, desinformação, ataques cibernéticos, dúvidas sobre a segurança, corte no orçamento, reforma política e eleitoral.
Corte no orçamento, não provimento de cargos, saúde pública, distribuição desigual da força de trabalho
Distribuição desigual da força de trabalho, corte do orçamento,
Não provimento de cargos vagos
saúde publica, ataques cibernéticos, distribuição da força de trabalho
Desinformação, ataques cibernéticos.
<ul style="list-style-type: none">• Dúvidas sobre a segurança• Ataques cibernéticos• Desinformação• Limitações orçamentária crescentes• Saúde pública• Reformas política e eleitoral
<ul style="list-style-type: none">• Dúvidas sobre a segurança do voto eletrônico• Ataques cibernéticos• Desinformação
Rezoneamento; Distribuição desigual da força de trabalho; custo das eleições; Dúvidas sobre a segurança; reforma política e eleitoral; não provimento de cargos vagos.
Distribuição desigual da força de trabalho; Orçamento impositivo
Corte no orçamento e orçamento impositivo
Dúvidas sobre o processo eleitorais; descaso da sociedade para a política, refletindo na visão do eleitor sobre a importância e a qualidade do voto; custo da eleição; reformas eleitorais sucessivas com forte viés casuista, enfraquecendo o poder do voto.
Distribuição desigual da força de trabalho
Instabilidade no cenário político nacional, covenentuais repercussões na Justiça Eleitoral
desinformação, ataque cibernético, cortes de orçamento
Dúvidas sobre a segurança, corte do orçamento e distribuição desigual da força de trabalho.
Desinformação, Dúvidas sobre a segurança, Corte do Orçamento, Reforma política e eleitoral, ataques cibernéticos, distribuição desigual da força de trabalho, não provimento de cargos vagos
A Desinformação através das fake news que tentam manchar a imagem da Justiça Eleitoral

Você tem mais alguma ideia?

Caso queira destacar algo que não tenha sido abordado no questionário, utilize o espaço abaixo.

Respostas
TRE RN precisa fechar para balanço e ser entregue aos servidores e magistrados sérios do Estado.
Não tenho
Sugerimos uma melhoria nas condições do trabalho remoto e quem sabe a sua implantação “definitiva como escolha” como forma de trabalho.
melhorar a forma das chefias tratar os servidores, assim diminuiria a quantidade servidores doentes por causa de preção sofrida no trabalho
Que a JE aprenda com as adversidades e se torne mais célere, ágil, econômica e justa.

